

PORTARIA Nº 604 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2004

(Publicada no Diário Oficial de 30/12/2004)

Determina os prazos para pagamento e os valores que servirão de base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA para o exercício de 2005, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, com base na Lei 6.348, de 17 de dezembro de 1991 e no Regulamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - RIPVA, aprovado pelo Decreto nº 902, de 30 de dezembro de 1991,

RESOLVE

Art. 1º Os valores da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA para o exercício de 2005 serão os constantes dos anexos I a III desta portaria.

§ 1º A base de cálculo do IPVA relativa a veículo novo será o valor total de aquisição, inclusive, tratando-se de ônibus ou caminhão, as partes que integram o conjunto completo do veículo, a fim de torná-lo apto a transitar e a desempenhar a função a que se destina, tais como a carroceria, os eixos adicionais, os equipamentos de tração ou elevação e os tanques destinados a transportes de materiais líquidos ou gasosos.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, o imposto será devido proporcionalmente ao número de meses restantes do exercício fiscal, calculado a partir do mês de sua aquisição.

Art. 2º O contribuinte poderá optar pelo pagamento do IPVA relativo a veículos terrestres cadastrados no Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, em cota única ou em três parcelas, de acordo com os prazos contidos no anexo IV desta portaria, definidos com base no algarismo final da placa do veículo.

§ 1º O imposto somente será parcelado se o valor total do débito for maior ou igual a R\$120,00 (cento e vinte reais).

§ 2º No caso de parcelamento, o seguro obrigatório deverá ser pago integralmente até o vencimento da primeira parcela do IPVA.

§ 3º O contribuinte que não efetuar o pagamento da 1ª (primeira) parcela do imposto no prazo previsto no anexo IV desta portaria perderá o direito ao parcelamento.

§ 4º Havendo débito de IPVA referente a veículo novo, ou veículo que indevidamente não tenha sido cadastrado no DETRAN, deverá ser utilizado Documento de Arrecadação Estadual emitido eletronicamente via *internet*, no endereço eletrônico www.sefaz.ba.gov.br, para pagamento integral do débito em atraso.

§ 5º O contribuinte poderá optar por fazer o pagamento do IPVA integral ou parcelado, individualmente ou concomitantemente, com o licenciamento do veículo.

Art. 3º Em substituição às opções de pagamento previstas no “*caput*” do artigo anterior, o pagamento do imposto relativo ao exercício 2005 poderá ser efetuado antecipadamente, em cota única, com desconto de 10%, se pago até o dia 11/02/2005, ou de 5%, se for realizado até o prazo previsto no anexo IV desta portaria, neste caso, estabelecido de acordo com o algarismo final da placa do veículo.

Art. 4º No pagamento em parcelas de que trata o art. 2º, deverá ser recolhido de forma integral, no momento do pagamento da 3ª (terceira) parcela, os seguintes débitos, se houver:

I - taxa de licenciamento.

II - multas de trânsito.

Parágrafo único. O contribuinte poderá optar por fazer o licenciamento de 2004, se estiver em atraso, desde que o licenciamento de 2005 não esteja vencido, hipótese em que deverá ser feita em cota única.

Art. 5º O pagamento do imposto referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 31 de maio de 2005.

Art. 6º Os prazos previstos nos artigos anteriores não se aplicam às situações abaixo, hipóteses em que o imposto deverá ser recolhido nos seguintes prazos:

I - no momento em que ocorrerem os fatos abaixo:

a) perda ou aquisição do direito de isenção ou de imunidade, calculando-se o imposto devido por duodécimo ou fração que falte para o término do exercício;

b) transferência sob qualquer modalidade, seja ela entre proprietário ou entre Estados da Federação, com o pagamento integral do imposto.

II - no momento do registro do veículo, tratando-se de veículos novos.

Art. 7º Os proprietários de veículos terrestres cadastrados no DETRAN poderão obter informações dos valores pagos, dos prazos e do valor a pagar nos *call centers* do DETRAN ou da Secretaria da Fazenda, ou via *Internet*, nos endereços eletrônicos www.detran.ba.gov.br ou www.sefaz.ba.gov.br.

§ 1º Com base nos endereços constantes no cadastro de veículos, o DETRAN também expedirá carta para os proprietários com as informações relativas ao exercício de 2005 e, se houver, informará sobre débitos referentes aos exercícios anteriores.

§ 2º O Banco Bradesco S.A também disponibilizará as informações referidas neste artigo nos canais de acesso denominados:

I - BDN (Bradesco Dia e Noite), Internet Banking e Fone Fácil Bradesco, para os correntistas do banco;

II - Fone Fácil Bradesco para os não-correntistas do banco, mediante tarifa;

§ 3º A Secretaria da Fazenda disponibilizará no endereço eletrônico acima mencionado a emissão de Certidões Negativas e de Documentos de Arrecadação Estadual para pagamento do imposto.

§ 4º Se o contribuinte constatar a indicação indevida de débitos de exercícios anteriores, serão observadas as seguintes disposições:

I - o contribuinte deverá apresentar os documentos originais de pagamento na repartição fazendária do seu domicílio até o vencimento da 1ª parcela do IPVA 2005;

II - no caso de deferimento de pedido apresentado até a data prevista no inciso

anterior, os débitos referentes ao exercício de 2005 não estarão sujeitos acréscimos moratórios e deverão ser quitados até a nova data estabelecida para vencimento;

III - enquanto não for apreciado o pedido, visando evitar a incidência de acréscimos moratórios sobre os débitos de exercícios anteriores caso haja improcedência do pedido, o proprietário do veículo poderá efetuar o pagamento do imposto, assegurada a restituição, se deferido o pedido.

Art. 8º O recolhimento do IPVA relativo a veículos terrestres cadastrados no DETRAN será efetuado no Banco Bradesco S.A.

§ 1º A comprovação do pagamento para veículos terrestres será efetuada mediante:

I - autenticação mecânica no CRLV (Sistema on-line);

II - recibo de Pagamento do Licenciamento emitido pelo Banco Bradesco S/A, se o pagamento ocorrer pelo sistema de auto-atendimento do banco, pelo Fone Fácil Bradesco ou, nos caixas, pelo sistema eletrônico de licenciamento da Bahia, inclusive no caso de pagamento parcelado;

III - autenticação mecânica em Documento de Arrecadação Estadual emitido eletronicamente pela Secretaria da Fazenda via *Internet*, ou nas repartições fazendárias tratando-se de veículos novos ou não cadastrados no DETRAN, ou de situações especiais em que não seja possível a emissão do CRLV.

§ 2º O Banco Bradesco S/A enviará Comprovante de Pagamento de Licenciamento para o endereço da conta que recebeu o débito, se a quitação for efetuada via Fone Fácil Bradesco.

§ 3º Para efeito de licenciamento, deverá ser considerada a autenticação da 3ª (terceira) parcela do IPVA do exercício de 2005 no campo próprio do Recibo de Pagamento do Licenciamento, ou quando o imposto for pago em cota única.

§ 4º O pagamento do licenciamento poderá ser feito através do CRLV emitido on-line na sede do DETRAN ou em suas CIRETRANs, nos casos de transferências e outros serviços prestados por este órgão, na qual seja necessária a antecipação do IPVA e em cota única.

§ 5º O fluxo dos documentos de arrecadação e de recursos financeiros decorrentes do disposto nesta portaria obedecerá às normas do Sistema de Arrecadação das Receitas Estaduais.

Art. 9º Os proprietários dos veículos terrestres beneficiados com imunidade ou isenção do imposto deverão requerer o reconhecimento do benefício ao Inspetor Fazendário de seu domicílio fiscal anexando ao pedido os documentos comprobatórios do atendimento da condição.

Parágrafo único. No caso de reconhecimento do benefício, o DETRAN poderá processar o CRLV correspondente com a expressão “**IMUNE**” ou “**ISENTO**”.

Art. 10º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2005.

ALBÉRICO MACHADO MASCARENHAS
Secretário